

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.118 - RJ (2019/0296110-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : ANDRÉ LUIZ DE FELICE SOUZA - RJ038606
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : M O M B (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **M O M B** contra acórdão proferido pela Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que, nos autos do Processo n. 0062565-31.2019.8.19.0001, negou provimento à apelação defensiva, mantendo a imputação de prática de ato infracional análogo ao crime descrito no art. 5º da Lei n. 13.260/2016.

O impetrante alega, em síntese, que o paciente foi condenado pela prática de ato infracional análogo ao previsto no art. 5º c/c o art. 2º, § 1º, I e V, todos da Lei n. 13.260/2016. Afirma que tal condenação constitui constrangimento ilegal, pois o fato não possui adequação típica ao art. 5º da Lei n. 13.260/2016.

Sustenta que não se apontou a motivação (xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião), tampouco o elemento subjetivo do injusto (provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública). A petição inicial e o acórdão, embora cheguem a supor ou presumir determinadas razões, além de não se adequarem à espécie, também, com a devida vênia, não podem dar estofa a um provimento jurisdicional condenatório de mérito.

Argumenta que a representação não descreve fato criminoso adequável ao delito do art. 5º da lei específica, que há de ser lido juntamente com o art. 2º. Destaca que a única utilização do verbo ameaçar é feita pelo fato de o apelante e de um comparsa terem ameaçado "utilizar armas ou explosivos".

Superior Tribunal de Justiça

Aduz estarem presentes os requisitos para concessão da liminar, motivo pelo qual pede a concessão da liberdade até o julgamento do presente *writ*. No mérito, pede a confirmação da liminar e a anulação de todas as decisões, trancando-se a ação para imposição de medida socioeducativa (fls. 3/8).

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, entendo não assistir razão à insurgência, porquanto não verifico delineado o *periculum in mora*.

As medidas protetivas, a despeito de um certo caráter punitivo, têm objetivo pedagógico e são aplicadas no interesse do menor que pratica ato infracional. *In casu* foi aplicada a medida de semiliberdade com determinação de matrícula e frequência em estabelecimento oficial de ensino, além de acompanhamento psiquiátrico e psicológico.

Nos termos do art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, aos menores expostos, podem ser aplicadas medidas protetivas descritas no art. 101 do diploma legal, dentre as quais, destaco, a matrícula obrigatória em estabelecimento oficial de ensino (inciso III), requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico (inciso V) e acolhimento institucional (inciso VII).

Ressalto que tais medidas (exceto o acolhimento institucional), podem ser aplicadas na esfera extrajudicial pelo Conselho Tutelar, nos termos do art. 136, VI.

Assim, *in casu*, não vislumbro a necessidade de concessão de medida de urgência, sendo prudente maior aprofundamento na análise do *writ* para julgamento da demanda, inclusive em razão de seu caráter inédito.

Ante o exposto, **indefero** o pedido de liminar.

Comunique-se.

Solicite-se ao Tribunal local informações sobre o feito.

Superior Tribunal de Justiça

Com essas, vistas ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

